

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 21

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense/Portucalense Law Journal n.º 21, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por seis artigos que foram seleccionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”, brevemente apresentados nos parágrafos seguintes. Por seu turno, a secção “Varia” integra comunicações a Congressos, palestras, um estudo transversal ao direito e à medicina e uma resenha de Direito da União Europeia.

Na parte I “Investigação Científica”, EUGÉNIA MARIA DE MOURA MARINHO DA CUNHA, no artigo intitulado *O exercício do contraditório nos procedimentos cautelares*, apresenta um estudo muito abrangente, dividido em 7 capítulos, sobre o exercício do contraditório nos procedimentos cautelares, começando pela origem e evolução do princípio do contraditório e terminando por uma análise das consequências da inobservância do referido princípio.

No segundo artigo, *Análisis legal de la implementación de la RSC en las Sociedades Cooperativas*, FRANCISCO JOSÉ TORRES PÉREZ analisa alguns diplomas legais sobre a Responsabilidade Social Corporativa e as consequências do seu incumprimento para as Sociedades Cooperativas.

MARÍA DE LA PAZ PANDO BALLESTEROS apresenta um trabalho sobre *La ciudadanía femenina en el S. XXI*, enquadrado no conceito de cidadania e nas suas várias dimensões, em que reflecte sobre as ameaças que persistem ainda hoje em relação às mulheres e que impedem que se possa falar delas como cidadãs de pleno direito, e isto em muitas partes do mundo, incluindo aquelas que muitas vezes se apresentam como pioneiras no reconhecimento de direitos.

No registo dos direitos humanos, MICHELLE SOARES GARCIA, SUANNY COSTA MORAES apresentam um estudo sobre a *Compatibilização entre os discursos e práticas da reserva a intimidade da vida privada e à liberdade de*

comunicação social na União Europeia em que avaliam os limites entre o interesse público e o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada nas comunicações sociais e os aspectos limítrofes do interesse público. Segundo as autoras, os resultados das observações do direito pluridimensional da reserva da intimidade da vida privada demonstram a discrepância entre os discursos e práticas de direitos humanos, reforçando a necessidade de se pensar em estratégias para a real efetivação dos direitos humanos.

Segue-se o texto de NÁDIA MARIA FRANÇA QUINZEIRO GUEDELHA sobre o *Direito de aposentadoria da mulher sob a perspectiva de género: uma análise a luz da transversalidade e divisão sexual do trabalho*. A autora procura demonstrar que o contexto histórico e a sobrecarga de jornada de trabalho acarretam maior desgaste às mulheres, as quais necessitam de medidas de discriminações positivas para a conquista de direitos iguais. Acrescenta que as políticas públicas devem se nortear pela perspectiva de género e que a aposentadoria (por idade e por tempo de contribuição) é uma política pública capaz de promover a isonomia pretendida, à luz do Princípio da Transversalidade.

Completa a secção o artigo de VASCO ANDRÉ SILVA RODRIGUES sobre *Sociedades Desportivas – Maximização de Benefícios e Modos Preventivos de Sobrevivência*. Segundo o autor, se por um lado o mundo do desporto profissional gera receitas incalculáveis, por outro os clubes passam por situações agónicas, razão pela qual investiga e procura encontrar as melhores hipóteses de resolução das crises que os clubes desportivos profissionais vão vivendo.

Na parte II “Varia”, publicam-se alguns trabalhos resultado de comunicações em Congressos: *O Direito à Diferença e a Proteção jurídica das Minorias na América Latina*, de ANDRÉ LEONARDO COPETTI SANTOS e DOGLAS CESAR LUCAS; *A dignidade da pessoa humana - Direito subjetivo ou princípio axial?* de CATARINA SANTOS BOTELHO; *Discursos e práticas sobre Direitos Humanos*, de JOÃO PROENÇA XAVIER; e *Ensino de línguas como ação cultural: rupturas*

e *transgressões no caminho para a cidadania* de MICHELE FREIRE SCHIFFLER. Também podemos aqui encontrar uma palestra de JOSÉ AUGUSTO SILVA LOPES e DORA RESENDE ALVES proferida no XXVIII Curso de Preparação para o Exame de Admissão ao Centro de Estudos Judiciários de 2016 / 2017 na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, intitulada *Sobre a fiscalização da constitucionalidade*, e um estudo transversal ao direito e à medicina, apresentado por JORGE MOTA, sobre a *Eletroconvulsivoterapia no internamento compulsivo*. Finalmente, na secção “Varia”, DORA RESENDE ALVES apresenta uma Resenha de direito da União Europeia com normas da atualidade do Direito da União Europeia, por consulta ao Jornal Oficial da União Europeia.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt